

Governo não aceita Legislativo censurar ministros



Josemar Gonçalves

Covas (em primeiro plano) diz que o PSDB vai concentrar sua atenção agora na Constituinte.

Ulysses reúne governadores peemedebistas

Curitiba — Pelo menos oito governadores deverão participar amanhã à noite, no Rio, de uma reunião com o presidente Ulysses Guimarães, para discutir a formação de uma chapa de consenso para o diretório nacional do PMDB.

O governador Álvaro Dias, que vem falando muito, nos últimos dias, sobre os riscos de um confronto dentro do PMDB, defende o nome do deputado Hélio Duque para a secretaria geral, com apoio já declarado dos governadores Pedro Ivo Campos, de Santa Catarina, e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. Álvaro Dias considera possível ganhar ainda o apoio de outros governadores mais afinados com o grupo progressista dentro do PMDB.

Para a reunião do Rio de Janeiro, convocada por sugestão do governador Waldir Pires, já estão confirmados os nomes de Pedro Simon, Álvaro Dias, Orestes Quêrcia, Moreira Franco, Newton Cardoso, Waldir Pires, Miguel Arraes e Tasso Jereissati.

O governador Álvaro Dias tem enfatizado a importância de um consenso na chapa, para evitar um confronto que enfraqueceria muito o PMDB neste momento. Mas tem afirmado, também, que, se houver divergências, ficará com o grupo dos progressistas. Álvaro Dias parece estar seguro de que o nome do deputado Hélio Duque tem boas chances de compor o consenso, porque a discordância teria que surgir de uma indicação do governador Orestes Quêrcia, que somente poderia levar um nome mais próximo do Centrão, distante, portanto, das lideranças mais ativas do PMDB, e mais propenso a acirrar as diferenças do que levar ao consenso.

Deputado tentará ficar no comando

Fortaleza — O governador Tasso Jereissati confirmou sua presença na reunião de hoje, que o governador Moreira Franco promove no Rio de Janeiro, com a presença de outros colegas do PMDB e do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. Jereissati, que embarca pela manhã, informou que Ulysses Guimarães vai explicar a situação do partido e como estão as articulações para a convenção nacional do PMDB, marcada para agosto. Segundo o governador do Ceará, Ulysses pedirá o apoio dos governadores para continuar no comando da agremiação.

Jereissati é a favor da permanência de Ulysses Guimarães na presidência do PMDB, por entender que o parlamentar encarna todo o processo de luta enfrentado pelos peemedebistas nos últimos anos, pelo que merece prosseguir o seu trabalho, dentro da filosofia de mudanças que, na sua opinião, deve orientar "o novo PMDB". Jereissati negou sua participação em movimentos no sentido de substituir Ulysses.

Jânio vem a Brasília para pedir recurso

São Paulo — O prefeito Jânio Quadros viajará hoje para Brasília e deverá encontrar-se com o presidente José Sarney às 11h00. É quase certo que o prefeito viajará diretamente de sua casa no Morumbi, e não estará na prefeitura pela manhã. Os motivos da viagem não foram divulgados, mas com certeza novos financiamentos e empréstimos para a prefeitura estarão na pauta. Jânio deverá também agradecer ao presidente ter colocado como prioritário o financiamento oferecido por um grupo japonês para o metrô. Deverá ainda reforçar o convite para que o presidente esteja na reinauguração do Teatro Municipal, dia 16.

PSDB filia mais de 11 mil no País e está otimista

O Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, já filiou em todo o País um total de 11.047 pessoas, número que fez crescer o otimismo dos dirigentes do partido, em relação à sua receptividade na maioria dos Estados. De volta de visitas às suas bases, parlamentares sociais-democratas mostravam-se ontem entusiasmados com os encontros que mantiveram e com as manifestações de apoio, procurando, ao mesmo tempo, minimizar alguns problemas que o partido já enfrenta a nível regional.

Ao se referir às filiações obtidas, o presidente do PSDB, senador Mário Covas, observou que esse contingente de filiados foi alcançado sem que a direção do partido fizesse qualquer trabalho de arregimentação, refletindo, em consequência, a adesão espontânea de políticos e de profissionais de diferentes áreas, interessados no projeto da social democracia.

Ainda segundo Covas, o partido deve voltar-se agora com maior atenção para os trabalhos da Constituinte, não havendo previsão de novas adesões na área parlamentar, a não ser a expectativa existente em relação ao deputado alagoano Geraldo Bulhões que poderá optar pelo PSDB nos próximos dias, e do cearense Lúcio Alcântara, que deverá filiar-se a médio prazo.

Tendência
Na realidade, a provável filiação de Geraldo Bulhões em Alagoas não significa necessariamente um sinal de fortalecimento do partido. Essa adesão reforça, dentro do PSDB, o grupo que segue a orientação do governador Fernando Collor e que sofre a oposição de um social-democrata de primeira hora, o deputado federal José Costa.

Ontem, momentos após o secretário-geral do partido, Euclides Scalco, haver afirmado que a crise alagoana estava a caminho de uma

solução, José Costa deixava claro que poderá deixar o PSDB depois do pleito municipal: "Eu fico até as eleições. Depois, verei o que fazer".

José Costa foi o primeiro parlamentar alagoano a se inclinar pelo PSDB e, apesar da nova opção partidária, ele comprometeu-se a trabalhar pela eleição, para a prefeitura de Maceió, do deputado estadual Dilton Simões, um ex-peemedebista agora filiado ao PSB. Os sociais-democratas — fiéis ao governador Fernando Collor terão um candidato que José Costa se recusa a apoiar — o deputado Renan Calheiros — que disputa com Costa a hegemonia do partido no Estado.

Resistência
Em Minas Gerais, também há um problema que o presidente regional, Carlos Mosconi, tentou minimizar ontem: a resistência à filiação ao PSDB do ex-peemedebista Sílvio Abreu Jr., que tem como maior reduto o município de Juiz de Fora, o segundo colégio eleitoral do Estado. Mosconi negou procedência às versões de que Sílvio Abreu está disposto a desligar-se do partido, preferindo destacar a receptividade encontrada pelo PSDB em Minas, onde cerca de 2.500 pessoas se filiaram ao partido.

No Paraná, com total de 1.000 filiados, o presidente da comissão provisória regional, deputado Nelson Friedrich, afirma que o partido não tem nem interesse em organizar comissões provisórias municipais, preferindo esperar algum tempo para melhor avaliar as possíveis adesões de lideranças interessadas em integrar-se ao PSDB. Haverá exceções apenas para os municípios em que o partido decidir lançar candidatos próprios a prefeito, entre os quais poderá incluir-se a capital, Curitiba.

Tabelamento dos juros passará, diz Gasparian

Arquivo 5-7-88

Rio — A emenda que limita os juros bancários em 12% ao ano deverá ganhar mais adeptos na segunda etapa da Constituinte, apesar do forte lobby para derrubá-la. Quem garante isso é o seu autor, o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que revelou o nome de um dos que passarão a tomar partido pelos 12%; o deputado Alcei Guerra, presidente do PFL no Paraná. Esta posição foi revelada ontem por Gasparian, durante um debate no Conselho Regional de Economia do Rio sobre "a taxa de juros e a ótica da Constituinte". O deputado trocou palavras ásperas com André Lara Rezende, um dos pais do cruzado, que chamou a emenda de "amontoado de ignorância".

Para Gasparian, economista como Lara Rezende apresentam "uma falsa erudição", insistindo em regras que não dão certo. Ao fazer um balanço dos pontos favoráveis a manutenção da emenda dos 12%, Gasparian lembrou que vai ser muito difícil aos opositores da medida conseguir os 280 votos necessários à sua retirada. "O Banco Central tem posições autoritárias, pensando que ainda estamos na ditadura. Quando consideram a emenda inocua, dizendo que ela vai ser desrespeitada, os diretores do Banco Central tinham que estudar formas de aplicá-la".

Desculpas
Alvo principal das críticas de Gasparian, como ex-diretor da Dívida Pública do BC, teórico de economia e hoje na iniciativa privada como diretor do Banco Garantia, André Lara Rezende não teve argumentos mais fortes que os de Gasparian e lhe pediu desculpas pelos fortes adjetivos disparados contra os membros da Constituinte. Para Lara Rezende, a "Constituinte-



Gasparian acredita na emenda

te está rodeada por um bestialógico impressionante" e o tabelamento dos juros vai ser totalmente ineficaz e inocuo, pois vai incentivar a burla, através de taxas e serviços paralelos.

Na opinião do ex-diretor do BC, é o próprio governo quem faz a taxa ficar elevada, ao entrar no mercado para financiar o déficit público. "Antes de tablear, o BC tem que baixar a taxa". Ele lembrou, no entanto, que, ou o governo entra no mercado atrás de dinheiro ou emite mais moeda, o que gera mais inflação. Para Lara Rezende, a saída não é a fixação dos juros em 12%, mas um combate rígido do déficit público.

Gasparian lembrou que os tecnocratas acusam o Congresso de populista quando ele legisla sobre o assunto, mas não gostam de ser acusados de favorecimento quando baixam decretos-leis beneficiando os bancos. O deputado acha que os banqueiros, empresários e tecnocratas ficaram muito arrogantes nos últimos 20 anos.

O Governo apresentou ontem, através de constituintes ligados ao Palácio do Planalto, 73 emendas supressivas abrangendo todo o projeto de Constituição apresentado pelo relator Bernardo Cabral. Sua estratégia, porém, é se concentrar em dez questões consideradas essenciais — entre elas, a jornada de trabalho de seis horas, o direito de greve para os setores essenciais, a censura a ministros de Estado pelo Congresso Nacional, o tabelamento dos juros em 12% e a anistia das dívidas de micro e pequenos empresários.

Como o Governo não dispõe de força suficiente para modificar, através do voto, o projeto constitucional, cuja votação em 2º turno começa no próximo dia 26, a palavra de ordem do presidente José Sarney é "negociar".

Essa foi a conclusão da reunião do presidente com seu "conselho político", ontem, no Palácio da Alvorada. O presidente, seus ministros e as lideranças do Governo na Câmara e no Senado estão convencidos de que será quase impossível modificar ou suprimir matérias do projeto de Constituição por outra via que não a do entendimento. Participaram do encontro com Sarney os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Mallson da Nóbrega (Fazenda), o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e o consultor-geral Saulo Ramos.

Dificuldades

Entre os pontos considerados essenciais pelo Governo estão também a supressão do direito de voto aos 16 anos, da estabilidade aos cinco anos de serviço para servidores públicos civis, a incorporação do Território de Fernando de

Planalto exige mudar 10 itens

Os dez pontos que o Governo pretende suprimir no 2º turno são os seguintes:

- 1) jornada de seis horas de trabalho;
- 2) direito de greve nos serviços essenciais;
- 3) tabelamento dos juros em 12%;
- 4) censura a ministros de Estado;
- 5) anistia aos pequenos e microempresários;
- 6) voto aos 16 anos;
- 7) adicional aos Estados de 5% do que for arrecadado com os impostos sobre Importação e Exportação de Produtos Estrangeiros; sobre Exportação de Produtos Nacionais; sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza; sobre Produtos Industrializados; sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativo a Títulos ou Valores Mobiliários; sobre a Propriedade Territorial Rural e sobre Grandes Fortunas;
- 8) incorporação de Fernando de Noronha a Pernambuco;
- 9) estabilidade aos cinco anos de serviço para os servidores públicos civis;
- 10) a palavra "judicial", na expressão "autoridade judicial competente".

PMDB e PFL fazem acordo no 2º turno

O PMDB e o PFL praticamente fecharam um acordo para suprimir do texto constitucional, no segundo turno de votações, a proibição da comercialização de sangue e dos seus derivados, o tabelamento dos juros bancários em 12% ao ano, a discriminação das empresas estrangeiras no fornecimento de bens e serviços ao Governo e voto aos 16 anos. A informação foi prestada, ontem, pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, logo após encontro com o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim.

A liderança do PMDB pretende também apoiar todas as emendas restritivas à anistia aos pequenos e microempresários e produtores rurais da correção monetária sobre as dívidas feitas durante a vigência do Plano Cruzado, o que coincide com a posição do PFL.

Seis horas

Quanto ao dispositivo que fixa no máximo, a jornada de seis horas de trabalho para os turnos ininterruptos, existe um acordo assinado por todas as lideranças partidárias a fim de excluir a expressão "no máximo", o que remeteria à negociação coletiva a fixação da carga horária nestes casos, possibilitando que o empregado pudesse cumprir duas horas extras além da jornada normal.

Tanto José Lourenço como Nelson Jobim concordam que o princípio da licença-paternidade deve ser mantido, mas que a lei ordinária deverá estabelecer a sua duração.

O mesmo sistema deverá ser aplicado em relação ao tabelamento de juros, que deverá ser mantido, mas a legislação complementar deverá estabelecer qual a taxa a ser fixada. Nas disposições permanentes, foi aprovado dispositivo que proíba a cobrança de juros reais de mais de 12% ao ano.



Santana (C), ontem, reuniu parlamentares que apoiam o governo

Noronha a Pernambuco e do adicional de 5%, para os Estados, sobre diversos impostos arrecadados. Ontem, o deputado Carlos Sant'Anna disse que, na nova fase dos trabalhos constituintes, "vai ser muito difícil conseguir 280 votos para modificar o texto constitucional, principalmente porque as eleições municipais obrigam a que o parlamentar fique em suas bases eleitorais, cuidando da eleição de seus vereadores e seus prefeitos".

Ainda segundo Sant'Anna, a mobilização já conseguida pelo Governo em torno de determinadas matérias, durante a votação do primeiro turno, "agora é praticamente impossível, e dificilmente alguma coisa passará que não seja na base da negociação".

Hoje, o presidente José Sarney deve reunir novamente o seu conselho político. Na pauta, continua a estratégia para a votação do 2º turno.

Cabral dará parecer até 2ª

Josemar Gonçalves

A Constituinte já tem o combustível necessário para mover o segundo turno de votações, que começa no próximo dia 26. Encerrou-se ontem, à meia-noite, o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição aprovado no primeiro turno. Estavam sendo esperadas cerca de 1.800 emendas, já que boa parte dos constituintes deixou para apresentar suas propostas na última hora.

No meio da tarde, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) divulgou a emenda que, entre as primeiras 360, batera o recorde de repetições: ela propõe a supressão da expressão "de primeiro e segundo graus", no inciso III do artigo 207. Com isso, os professores universitários também teriam direito à aposentadoria especial aos 30 anos, no caso do homem, e aos 25, no caso das mulheres.

Até às 22 horas 1.498 emendas já haviam sido apresentadas. Cerca de 20 funcionários movimentavam-se, atendendo a funcionários de gabinetes e parlamentares que preferiam entregar pessoalmente suas propostas, como o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS). Também o líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva entregou, às 20 horas as 64 emendas elaboradas pelo PT, junto com os demais partidos de esquerda.

Repetições
São muitas as repetições, notadas principalmente nos temas mais polêmicos como reforma agrária, voto aos 16 anos, licença paternidade, turno corrido de seis horas, juros bancários, contrato de risco e greve, entre outros. As emendas apresentadas dão condições ao Governo para tentar suprimir os pontos com os quais



Lula apresentou 64 emendas

não concorda.

Entre as propostas, havia uma que chamava a atenção, de autoria do deputado Jorge Leite (PMDB-RJ). Sob a justificativa de omissão, ele propõe que se acrescente, na parte final das Disposições Transitórias, que a Constituição entrará em vigor no dia 15 de janeiro de 1989. A Constituição de 87, segundo o parlamentar, foi publicada em 24 de janeiro e entrou em vigor em 15 de março de 1967.

O deputado Maguito Vilela (PMDB-GO) propõe a redução dos mandatos dos senadores, de oito para quatro anos. O parlamentar justifica que somente no Brasil e no Chile existem mandatos tão longos.

Entre as emendas apresentadas, há aquelas que visam suprimir omissões, outras que suprimem contradições, expressões e até artigos inteiros. O relator Bernardo Cabral tem prazo até o próximo dia 18 para dar seu parecer a todas elas.

Pontos polêmicos inalterados

Como já era esperado, todos os pontos polêmicos foram objeto de emendas. Os constituintes vão se empenhar, agora, em conseguir os 280 votos necessários à aprovação das propostas. A seguir, a relação de algumas das principais emendas apresentadas:

Jornada corrida de 6 horas — A supressão do inciso é proposta por constituintes como Benito Gama (PFL-BA), Jessé Freire (PFL-RN) e Jorge Arbage (PDS-PA). A manutenção do dispositivo abalaria "substancialmente" as atividades produtivas do País, segundo o deputado Benito Gama.

Licença paternidade de 8 dias — Constituintes como Roberto Vital (PMDB-MG), Jessé Freire (PFL-RN) e João Menezes (PFL-PA) apresentaram emendas para derrubar o dispositivo. Segundo Roberto Vital, a Constituinte "não pode descer a minúcias das leis trabalhistas".

Voto aos 16 anos — A supressão é proposta, entre outros, pelos constituintes Roberto Vital e Eunice Michiles (PFL-AM).

Juros de 12% ao ano — O senador Carlos Alberto (PTB-RN) propõe a supressão total do parágrafo 3º do artigo 197, que trata do assunto. Já o deputado Luis Roberto Ponte quer retirar apenas a expressão que diz que os juros não poderão ser superiores a 12% ao ano — deixando para a lei fixar o percentual — mantendo na Constituição, que a cobrança em números superiores ao limite fixado em lei será considerada "crime de usura".

Adicional de 5% do Imposto de Renda para os Estados — A ins-

tituição desse adicional elevará a carga tributária dos contribuintes, segundo o senador Afonso Sancho (PFL-CE).

Mineração — Emenda do deputado Jessé Freire propõe a supressão da expressão que permite apenas às empresas brasileiras de capital nacional a pesquisa, a lavra e aproveitamento dos potenciais de energia elétrica.

Contratos de Risco — A supressão do dispositivo que proíbe novos contratos de risco é proposta pelos deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Júlio Campos (PFL-MT).

Bens e Serviços — O senador Irapuan Costa Junior (PMDB-GO) é autor da emenda que poderá permitir às empresas brasileiras, de um modo geral — e não apenas às empresas brasileiras de capital nacional — fornecer bens e serviços ao Poder Público.

Comercialização do Sangue e Hemoderivados — Há emendas que propõem a retirada da expressão "vedado todo o tipo de comercialização".

Reforma Agrária — Emendas dos deputados Vasco Alves (PMDB-ES) e Celso Dourado (PMDB-BA) propõem a retirada das terras produtivas do rol de propriedades que não podem ser desapropriadas.

Anistia Creditícia — Proposta do deputado Chico Humberto (PDT-MG), suprime o parágrafo que impede o benefício a quem já quitou seus débitos e também aos constituintes, enquanto que o deputado Mauro Sampaio (PMDB-CE) quer derrubar a limitação de cinco módulos rurais, para os produtores.